ACADEMIA HUMANITÁRIA · HUMANITAIRES JOBS

Mini MBA Coordenação Civil-Militar Humanitária (CMCoord): preservar o acesso e os princípios perante os atores armados

Material do curso · Semana 6 : Escoltas armadas: a regra, as exceções e a decisão

Programa de exatamente 3 meses (12 semanas, 144 horas) para coordenar a ação humanitária com os atores armados: princípios, atores armados e a sua cultura, Diretrizes de Oslo e MCDA, meios militares estrangeiros nos desastres, emergências complexas e missões integradas, escoltas armadas, notificação humanitária e partilha de informação, negociação do acesso, ligação e fóruns, proteção, diretrizes próprias de cada país e dilemas. Baseado nos textos públicos do OCHA e do IASC. Exercícios numéricos corrigidos, três exames mensais com estudos de caso e um diploma verificável da Academia Humanitária. Formação independente: não é o curso oficial UN-CMCoord do OCHA, para o qual remete, e não confere nenhuma certificação das Nações Unidas.

https://humanitairejobs.org/pt/academia/mini-mba-coordination-civilo-militaire/semaine-6/

Documento gratuito da Academia Humanitária. Pode ser impresso e partilhado livremente para fins de formação, sem modificações.

Semana 6 : Escoltas armadas: a regra, as exceções e a decisão

Objetivos

- Enunciar a regra geral das diretrizes do IASC: os comboios humanitários não recorrem a escoltas armadas.
- Analisar um pedido de exceção com uma grelha estruturada: necessidade crítica, alternativas, segurança real, perceção, duração.
- Organizar uma escolta aceite como exceção e preparar o seu fim.

A regra geral

As **diretrizes não vinculativas do IASC sobre a utilização de escoltas armadas para comboios humanitários** (2013, que substituem o documento de 2001) estabelecem uma regra clara: **como regra geral, os comboios humanitários não recorrem a escoltas armadas**.

Porquê? Uma escolta armada:

- associa visivelmente a ajuda a um ator armado, o que compromete a neutralidade percebida;
- pode **atrair** os ataques em vez de os dissuadir;
- cria uma **dependência** difícil de terminar;
- pode enfraquecer a aceitação construída com paciência por todas as organizações, incluindo as que não usam escoltas.

Existem exceções, mas são **excecionais**: um último recurso para responder a uma necessidade crítica, quando nenhuma outra medida consegue levar o risco a um nível aceitável.

Uma grelha para decidir sobre uma exceção

Para decidir, a Academia propõe responder por escrito às perguntas seguintes, por ordem (seguem o espírito das diretrizes; leia o texto completo nas leituras da semana):

1. **Necessidade**: a atividade é crítica? Quantas pessoas, que risco se não for realizada?
2. **Alternativas**: negociação do acesso, mudança de itinerário ou de horário, perfil discreto, parceiros locais aceites, transporte aéreo civil… foram testadas ou analisadas?
3. **Segurança real**: a escolta reduz realmente o risco, ou aumenta-o (alvo atraído, troca de tiros)?
4. **Fornecedor**: quem escoltaria? Uma parte no conflito levanta mais problemas do que uma polícia do Estado anfitrião ou uma força de paz que não é parte.

5. **Perceção e efeitos**: que efeito na aceitação da organização e de toda a comunidade humanitária?
6. **Duração e saída**: por quanto tempo, e em que condição termina a escolta?

Quem decide

Cada organização continua responsável pelas suas decisões de segurança. Nas Nações Unidas, a utilização de escoltas armadas faz parte do sistema de gestão dos riscos de segurança e envolve a liderança humanitária do país. As diretrizes recomendam que as decisões de exceção sejam tomadas ao **mais alto nível** no país, documentadas e, tanto quanto possível, **debatidas coletivamente** (equipa humanitária de país, fóruns de ONG), porque a escolta de uma organização afeta todas as outras.

Muitas ONG têm uma política interna que exclui qualquer escolta armada, salvo decisão da sede. Outras, como o Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, mantêm uma política muito estrita baseada na aceitação.

Organizar uma escolta aceite

Se uma escolta for aceite como exceção, algumas regras limitam os seus efeitos:

- **Acordo escrito** com o fornecedor: papel estritamente defensivo, regras de empenhamento conhecidas, cadeia de comando clara, nenhum transporte de armas nem de soldados nos veículos humanitários.
- **Distância** entre os veículos de escolta e os veículos humanitários, para manter visível a distinção.
- **Nenhum pagamento** que transforme a ajuda numa fonte de financiamento de uma parte armada; se os custos forem inevitáveis (por exemplo combustível ou ajudas de custo de uma polícia do Estado anfitrião), são transparentes e aprovados.
- **Revisão regular** (por exemplo mensal) segundo os critérios, com um plano para voltar a comboios sem escolta.

Um exemplo numérico

Numa estrada para um campo de 40 000 pessoas, 6 comboios em 50 foram atacados em três meses (12 %). Os ataques são obra de bandidos, não de uma parte no conflito. A polícia do Estado anfitrião oferece uma escolta. Após uma negociação com os líderes comunitários e uma mudança de horário, a taxa desce para 2 ataques em 45 comboios (4,4 %) no trimestre seguinte, sem escolta.

Lição: a grelha obriga a testar primeiro as alternativas. Aqui, reduziram o risco em quase dois terços; a escolta deixou de ser um último recurso.

Exercício: aplicar a grelha

Um grupo armado não estatal controla a estrada para uma zona onde se propaga um surto de cólera (12 000 pessoas expostas). O exército nacional, parte no conflito, propõe escoltar os seus camiões. O grupo armado declarou que atacará «todo o comboio militar». Ainda não se tentou nenhum diálogo com ele.

Aplique a grelha e formule a sua recomendação.

Elementos de correção. Necessidade: crítica. Alternativas: não testadas (diálogo com o grupo armado, entrega por uma organização aceite, transporte aéreo). Segurança real: a escolta do exército aumentaria o risco, pois o grupo anunciou que atacaria os comboios militares. Fornecedor: parte no conflito, perceção muito negativa. Recomendação: recusar a escolta, abrir com urgência um diálogo sobre o acesso e estudar uma ponte aérea civil.

A reter

- Regra geral: nenhuma escolta armada para os comboios humanitários.
- Exceção apenas como último recurso para uma necessidade crítica, quando nenhuma outra medida basta.
- Grelha: necessidade, alternativas, segurança real, fornecedor, perceção, duração e saída.
- Decisão ao mais alto nível, documentada e debatida coletivamente.
- Escolta aceite: acordo escrito, distância, nenhum financiamento de uma parte armada, revisão regular.

Quiz

1. Segundo as diretrizes do IASC, como regra geral, os comboios humanitários:
   A. Recorrem a escoltas privadas
   B. Não recorrem a escoltas armadas
   C. São escoltados pelo pessoal de segurança dos doadores
   D. Recorrem a escoltas armadas

2. Que etapa vem primeiro ao analisar uma exceção?
   A. Escolher o fornecedor
   B. Estabelecer a necessidade crítica
   C. Fixar a distância entre veículos
   D. Negociar o preço

3. Uma escolta fornecida por uma parte no conflito:
   A. É sempre preferível a uma escolta policial
   B. É exigida pelas diretrizes do IASC de 2013
   C. Levanta mais problemas de perceção
   D. É neutra em relação aos princípios humanitários

4. Por que debater coletivamente uma decisão de escolta?
   A. Porque é obrigatório para todos os doadores
   B. Para obter boa cobertura da imprensa
   C. Para repartir o custo da escolta entre organizações
   D. Afeta a aceitação de todos

5. No exemplo numérico, a taxa de ataques desce de 12 % para cerca de:
   A. 2 %
   B. 10 %
   C. 8 %
   D. 4,4 %

Respostas do quiz : 1. B · 2. C · 3. A · 4. D · 5. A